

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMILIA

REQUERIMENTO N° , DE 2019

(Do Sr. Deputado Alexandre Padilha)

Senhor Presidente,

Requeiro, com fundamento no artigo 32, inciso XVII, alínea a, combinado com o artigo 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública para apresentação e debate sobre os resultados da investigação conjunta da Repórter Brasil, Agência Pública e a organização suíça Public Eye publicada em 15 de abril de 2019 sob o título “*“Coquetel” com 27 agrotóxicos foi achado na água de 1 em cada 4 municípios*”, com a presença dos(as) seguintes convidados(as):

- Sr. Daniel Cobucci – Coordenador Geral de Vigilância em Saúde Ambiental (CGVAM) da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde;
- Representante da Associação Brasileira de Saúde Coletiva;
- Larissa Bombardi – professora da Universidade de São Paulo e autora do “Atlas: Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia”;
- Sra. Ana Aranha – editora responsável pela produção de jornalismo da Repórter Brasil e coordenadora da investigação sobre a contaminação da água dos municípios brasileiros por agrotóxicos divulgada em 15/04/2019;
- Ellen Pritsch – engenheira química e representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental Grupo de Trabalho do Ministério da Saúde de revisão da Portaria de Potabilidade da Água para Consumo Humano.

JUSTIFICATIVA

No dia 15/04/2019 foram divulgados dados alarmantes que demonstram que a água de 1 em cada 4 cidades do Brasil estão contaminadas com um “coquetel” de

diferentes agrotóxicos. De acordo com a reportagem¹, no período de 2014 a 2017, as empresas de abastecimento de 1.396 municípios detectaram todos os 27 pesticidas que são obrigados por lei a testar. Desses, 16 são classificados pela Anvisa como extremamente ou altamente tóxicos e 11 estão associados ao desenvolvimento de doenças crônicas como câncer, malformação fetal, disfunções hormonais e reprodutivas. Entre os locais com contaminação múltipla estão as capitais São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Manaus, Curitiba, Porto Alegre, Campo Grande, Cuiabá, Florianópolis e Palmas.

Trata-se de investigação conjunta da *Repórter Brasil, Agência Pública* e a organização suíça *Public Eye*, que trataram os dados obtidos do Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua/MS), que reúne os resultados de testes feitos pelas empresas de abastecimento.

De acordo com a matéria, o estado de São Paulo foi recordista em número de municípios onde todos os 27 agrotóxicos estavam na água: mais de 500 cidades, incluindo a grande São Paulo – Guarulhos, São Bernardo do Campo, Santo André e Osasco – além da própria capital. E algumas das mais populosas, como Campinas, São José dos Campos, Ribeirão Preto e Sorocaba. O Paraná foi o segundo colocado, com o coquetel presente em 326 cidades, seguido por Santa Catarina e Tocantins.

Embora essa informação seja pública, a reportagem revela que os testes não são divulgados de forma compreensível para a população, deixando os brasileiros sem conhecimento sobre os riscos que correm ao beber um copo d'água.

Os números evidenciam que a contaminação da água está aumentando a passos largos: em 2014, 75% dos testes detectaram agrotóxicos. Subiu para 84% em 2015 e foi para 88% em 2016, chegando a 92% em 2017.

Cabe destacar que, entre os agrotóxicos encontrados em mais de 80% dos testes, cinco já foram classificados como “prováveis cancerígenos” pela Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos e seis apontados pela União Europeia como causadores de disfunções endócrinas, o que gera diversos problemas à saúde, como a puberdade precoce. Do total de 27 pesticidas na água dos brasileiros, 21 estão proibidos na União Europeia devido aos riscos que oferecem à saúde e ao meio ambiente.

O Ministério da Saúde, ao ser questionado sobre os resultados da pesquisa, ressaltou que ações de controle e prevenção só podem ser tomadas quando o resultado do teste ultrapassa o máximo permitido em lei. Entretanto, não há no Brasil um limite fixado para regular a mistura de substâncias. A legislação sobre o tema – há dez anos sem revisão – apenas regula os níveis das substâncias isoladamente e os níveis considerados seguros são

¹ <https://apublica.org/2019/04/coquetel-com-27-agrotoxicos-foi-achado-na-agua-de-1-em-cada-4-municipios-consulte-o-seu/>
<https://reporterbrasil.org.br/2019/04/coquetel-com-27-agrotoxicos-foi-achado-na-agua-de-1-em-cada-4-municipios/>

muito acima do permitido na Europa. Assim, segundo a matéria *“somando-se todos os limites permitidos para cada um dos agrotóxicos monitorados, a mistura de substâncias na nossa água pode chegar a 1.353 microgramas por litro sem soar nenhum alarme. O valor equivale a 2.706 vezes o limite europeu”*.

Outro fato preocupante levantado pela pesquisa é que não há estudos sobre os riscos desse coquetel de agrotóxicos no meio ambiente e na saúde dos indivíduos. A matéria também destaca a falta de monitoramento, pois, dos 5.570 municípios brasileiros, mais de 50% (2.931 municípios), não realizaram testes na sua água entre 2014 e 2017.

Os dados alarmantes da pesquisa associados à liberação desenfreada de agrotóxicos desde o início do novo governo revela um quadro extremamente preocupante quanto aos impactos e riscos desses produtos na saúde da população brasileira, bem como no meio ambiente. Assim, confiantes no apoio dos demais integrantes desta Comissão, apresentamos o presente Requerimento.

Sala das Comissões, em, de maio de 2019.

ALEXANDRE PADILHA

DEPUTADO FEDERAL

PT-SP